



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638812 - MT (2021/0002562-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : GALENO CHAVES DA COSTA
ADVOGADO : GALENO CHAVES DA COSTA - MT011902B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : GALENO CHAVES DA COSTA
INTERES. : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GALENO CHAVES DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (Apelação n. 0001091-10.2014.8.11.0049).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos, 5 meses e 17 dias em regime fechado, pelo cometimento do delito de corrupção ativa (art. 333 do Código Penal).

Nas razões do *habeas corpus*, dirigido ao Presidente do TJMT como "sucedâneo de revisão criminal" (fl. 86), o impetrante/paciente sustenta que sofre constrangimento ilegal em razão da incorreta dosimetria da pena, em especial quanto ao reconhecimento de circunstâncias judiciais negativas inexistentes, o que culminou na fixação de regime mais gravoso.

A propósito, consigna (fl. 89):

Sendo estes os motivos da presente impetração pelo Paciente, qual seja, decotar da dosagem da pena a parte em que são consideradas indevidamente duas circunstâncias judiciais (personalidade do agente e consequências do delito), e com isso recalcular a pena e permitir seu cumprimento no regime mais benéfico.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que sejam decotadas as duas circunstâncias judiciais sopesadas negativamente e, de consequência, a adequação da pena e do regime inicial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, mormente porque a detida análise do *writ* aponta, *a priori*, para reiteração de pedido.

Em certidão emitida pela Seção de Protocolo Judicial, consta que "o arquivo da presente petição foi recebido na Secretaria deste Tribunal via e-mail" (fl. 151), sem especificar o remetente.

Causa estranheza, contudo, que todos os documentos juntados aos autos são de 2019, inclusive o principal despacho de fls. 7-8 em que o Desembargador Gilberto Giraldelli reconhece sua incompetência para as questões levantadas e determina o envio dos autos ao STJ . *In verbis*:

Resumidamente, trata-se de *habeas corpus* impetrado pelo próprio paciente acima identificado, contra suposto ato coator atribuído à colenda Terceira Câmara Criminal deste e. Tribunal de Justiça, que julgou o Recurso de Apelação Criminal n.º 78.104/2015, o qual readequou para 06 (seis) anos, 05 (cinco) meses e 17 (dezesete) dias de reclusão, e pagamento de 58 (cinquenta e oito) dias-multa, no valor unitário mínimo legal, a pena imposta ao beneficiário deste writ no bojo da ação penal n.º 1091-10.2014.811.0049 – cód. 47129, em que condenado pela prática, em concurso material, de dois delitos de corrupção ativa (art. 333 do Código Penal), sendo certo, outrossim, que no julgamento do Agravo em Recurso Especial n.º 972.884/MT, o colendo Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso especial manejado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, e alterou o regime inicial de cumprimento da pena para o fechado, devido ao *quantum* final da reprimenda e à presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao condenado, com fulcro no art. 33, §2º, alínea 'b', e §3º, do Código Penal (STJ – AgRg no AREsp 972.884/MT, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTATURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017).

No mais, denota-se da própria narrativa constante da inicial do writ, que o ora paciente já ajuizou anteriormente revisão criminal, a qual fora julgada improcedente pela colenda Turma de Câmaras Criminais Reunidas do TJMT.

Desta feita, figurando como autoridade coatora a colenda Terceira Câmara Criminal deste e. Sodalício, vislumbro de plano a incompetência absoluta do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso para apreciar e julgar o presente writ, a incidir, na hipótese, as normas do art. 51, incs. XV e XLIX, do RITJMT, in verbis:

[...]

Ante o exposto, com fulcro no art. 51, incs. XV e XLIX, do RITJMT, DECLINO DA COMPETÊNCIA em prol do colendo Superior Tribunal de Justiça, e determino sejam imediatamente tomadas as providências necessárias ao encaminhamento dos presentes autos à referida eg. Corte de Justiça.

Intime-se o impetrante-paciente acerca do ora deliberado.

Comunique-se a i. Procuradoria-Geral de Justiça.

Exaurido *in albis* o prazo recursal, proceda-se à respectiva "baixa" no acervo deste Relator.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, **03 de dezembro de 2019.**

Se o presente *writ* é decorrente do despacho que determinou a remessa dos autos ao STJ ou da transmissão de documentos por outrem, a verdade é que diversos processos já aportaram nesta Corte oriundos da mesma ação penal (AREsp n.

972884/MT, AREsp n. 1563982), inclusive a Revisão Criminal n. 4955/MT, cuja manifestação do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, em junho de 2019, já havia destacado que "o pedido de revisão criminal que questiona a valoração negativa das circunstâncias judiciais 'personalidade' e 'consequências do crime', com base nos quais o autor foi apenado, deverá ser ajuizado perante o Tribunal de Justiça do Mato Grosso, e não perante esta Corte", o que corrobora a premissa de que se trata de reiteração de pedido.

Assim, diante da incongruência apontada e a verificação de que os documentos apresentados não são contemporâneos a ponto de se aferir a efetividade de constrangimento ilegal atual e iminente, o indeferimento da liminar é medida que se impõe, sendo certo que apenas uma análise mais aprofundada da matéria poderá dar solução ao presente *mandamus*.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente